

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PALAVRA DA DIRETORIA

Senhoras e Senhores Acionistas,

Prestes a completar 30 anos, a Companhia Docas do Estado de São Paulo (CODESP) cumpre sua missão de administrar o maior porto do Brasil de forma a torná-lo uma ferramenta eficiente e de facilitação do Comércio Exterior Brasileiro e um agente do desenvolvimento nacional.

Nossa avaliação é de um ano extremamente produtivo, considerando a definição de importantes metas como a conclusão e implementação de projetos de infraestrutura, um forte desempenho financeiro, a manutenção na demanda de movimentação de cargas (mesmo com a crise financeira mundial), a realização de concorrências para novos arrendamentos e a evolução de estudos imprescindíveis para a expansão e o desenvolvimento portuário.

Com relação ao desempenho do Porto de Santos em um ano de crise global financeira, avaliamos que a conjuntura consolidou de vez a característica de um mercado realmente globalizado, onde nenhum agente está imune. Entretanto, o perfil multifuncional do Porto de Santos garantiu que não fosse tão afetado, pois o bom desempenho de setores, como o de exportação de commodities agrícolas, compensou quedas mais acentuadas como a de produtos industrializados.

Ainda quanto ao aspecto financeiro, destacamos a importância dos arrendamentos concluídos em 2009 e o início do equacionamento de pendências contratuais de grandes dívidas de arrendatários com a CODESP.

Um dos desafios que teremos em 2010, e uma das ações mais importantes sob o ponto de vista social-financeiro, se refere à solução do déficit atuarial junto ao Instituto de Seguridade Social (PORTUS), fundo de previdência privada dos empregados das companhias docas.

Destacamos, também, a introdução do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados aos Empregados (PLR), que terá os resultados homologados na Assembleia dos Acionistas, prevista para abril de 2010. Ainda em 2010, a empresa implementará a reforma administrativa e a reestruturação organizacional e, como consequência, a proposição de um plano de desligamento voluntário e a realização de concurso público, renovando o quadro de empregados e inserindo novos postos e funções.

Quanto à infraestrutura portuária, o ganho maior no ano foi a conclusão de todo o processo culminando com a assinatura do contrato, pela Secretaria Especial de Portos (SEP/PR), para a dragagem de aprofundamento do canal de navegação para -15 metros (DHN). A CODESP procurou atender, com o máximo rigor, todas as orientações e determinações dos órgãos que

acompanham esse processo. Completando o avanço significativo ocorrido em 2009, o próximo ano tem ainda a importante meta de conclusão da Avenida Perimetral da Margem Direita e o início dos serviços na Margem Esquerda.

Outro projeto que avançou significativamente foi o VTMS (Vessel Traffic Management Information System) com a preparação do Termo de Referência, permitindo que a Autoridade Portuária assuma o gerenciamento e controle do tráfego de embarcações na área do Porto e na zona de fundeio.

Com essas iniciativas o Porto prepara suas vias de acesso, terrestres e aquaviárias, para atender à demanda projetada de movimentação de cargas e à ampliação das instalações com o ingresso de novos terminais.

Esses novos terminais vão requerer um redimensionamento rodoferrviário que se integre aos projetos que a CODESP já desenvolveu e está implementando. A SEP já trabalha para a elaboração de um convênio com o governo do Estado de São Paulo para tratar dessa questão.

O ano de 2009 foi marcado, ainda, pela elaboração de importantes estudos que nortearão a elaboração de um novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto (PDZ-PS), embasado nas informações produzidas pelo Plano de Expansão e pelo Estudo de Acessibilidade.

A integração desse material com outras iniciativas como as normas de Exploração do Porto e de Pré-Qualificação de Operadores Portuários, projetos de planejamento, estrutura física e órgãos intervenientes na cadeia portuária poderá gerar, já em 2010, um valioso documento facilitador para o gerenciamento e tomada de decisões.

É importante registrar que a CODESP, ao cumprir sua missão, não se desviou de atuar para a transformação do extrato social, investindo em projetos sociais e atividades culturais.

Cabe destacar o grau de comprometimento do quadro de pessoal e a confiança depositada pelo Governo Federal, em particular pela SEP, que tornaram possível o cumprimento de nossa missão e, portanto, devem merecer o agradecimento do Corpo Diretivo, na certeza de ter correspondido às expectativas de seus acionistas, clientes e da sociedade.

Obs.: A íntegra do Relatório da Administração, encontra-se disponível na home page da CODESP no endereço:
<http://www.portodesantos.com.br/relatorio>

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 em milhares de reais

ATIVO	nota	2009	2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	nota	2009	2008
Circulante		363.455	57.399	Circulante		297.731	227.922
Caixa e Bancos		174.719	17.125	Salários e Obrigações Sociais		11.133	9.167
Títulos Públicos		7.582	-	Fornecedores e Prestadores de Serviços		27.063	18.610
Contas a Receber, líquidas	4	39.623	33.644	Impostos e Contribuições a Recolher	10	34.296	13.883
Renegociação de Contas a Receber	5	138.760	4.380	Programa de Recuperação Fiscal	11	31.612	31.243
Estoques		929	550	Débitos Trabalhistas Parcelados		38.004	32.061
Créditos Tributários		147	201	Empréstimos e Financiamentos	13	1.956	9.251
Despesas Antecipadas	6	1.354	1.237	Plano de Pensão	15	15.881	11.879
Outros Créditos		341	262	Juros sobre Capital Próprio a Pagar	20.3	17.000	5.600
				Adicional de Tarifa Portuária		58.789	7.966
				Obrigações Estimadas	12	16.312	13.105
				Provisão para Contingências	14	36.518	66.646
				Outras Obrigações		9.167	8.511
Não Circulante		1.442.473	1.337.484	Não Circulante		803.886	642.070
Realizável a Longo Prazo		596.679	559.543	Exigível a Longo Prazo		803.886	642.070
Contas a Receber, líquidas	4	547.007	493.701	Débitos Trabalhistas Parcelados		30.552	6.959
Renegociação de Contas a Receber	5	49	3.594	Programa de Recuperação Fiscal	11	222.271	245.626
Valores a Receber da União	7	29.749	29.352	Empréstimos e Financiamentos	13	11.025	17.644
Depósitos Judiciais - Recursos		19.163	23.633	Plano de Pensão	15	89.041	92.749
Bens Destinados à Alienação		711	9.263	Provisão para Contingências	14	221.006	175.340
				Receitas Diferidas	18	209.540	84.270
				Outras Obrigações		20.551	19.482
Investimentos		190	663	Patrimônio Líquido		704.211	524.891
Imobilizado	8	845.604	777.278	Capital Social	20.1	507.123	461.711
				Reserva de Lucros	20.2	70.513	17.768
				Créditos da União p/ Aumento de Capital	20.4	126.972	45.412
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		(397)	-
TOTAL DO ATIVO		1.805.928	1.394.883	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.805.928	1.394.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 em milhares de reais

	nota	2009	2008
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	21	607.126	560.365
(-) Impostos incidentes sobre vendas	22	(73.523)	(65.129)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		533.603	495.236
CUSTOS OPERACIONAIS	23	(252.087)	(221.304)
Custos dos Serviços		(233.665)	(203.453)
Depreciações		(18.422)	(17.851)
LUCRO BRUTO		281.516	273.932
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(186.440)	(218.671)
Despesas Administrativas e Gerais	24	(143.554)	(119.256)
Depreciações e Amortizações		(629)	(537)
Despesas Financeiras	25	(32.956)	(42.534)
Receitas Financeiras	25	75.347	3.529
Provisão para Contingências		(114.170)	(57.431)
Outras Receitas Operacionais	26	44.263	2.128
Outras Despesas Operacionais	27	(14.741)	(4.570)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		95.076	55.261
IMPOSTO DE RENDA	28	(15.670)	(15.939)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	28	(5.946)	(5.915)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		73.460	33.407
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS - PLR	17	(3.720)	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20.5	69.740	33.407
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES (EM REAIS)		0,47	0,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 em milhares de reais

	CAPITAL SOCIAL	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
			RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS			
SALDOS EM 31/12/2007	1.246.402	10.876	-	-	-	(824.864)	432.414
Ajuste por transferência de patrimônio de portos e hidrovias administrados	-	-	-	-	-	19.258	19.258
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	10.872	(10.872)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários	4	-	-	-	-	-	4
Redução do capital social com absorção de prejuízos acumulados	(795.567)	-	-	-	-	795.567	-
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital	-	2.995	-	-	-	-	2.995
Créditos da União para aumento de capital	-	42.413	-	-	-	-	42.413
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.407	33.407
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	1.168	-	-	(1.168)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	16.600	-	(16.600)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(5.600)	(5.600)
SALDOS EM 31/12/2008	461.711	45.412	1.168	16.600	-	-	524.891
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	5	5
Aumento de capital por capitalização de créditos da União	45.398	(45.398)	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários	14	-	-	-	-	-	14
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital	-	5.612	-	-	-	-	5.612
Créditos da União para aumento de capital	-	121.346	-	-	-	-	121.346
Bens destinados à alienação	-	-	-	-	(369)	-	(369)
Certificados de investimentos regionais	-	-	-	-	(28)	-	(28)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	69.740	69.740
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	-	-	3.487	-	-	(3.487)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	49.258	-	(49.258)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
SALDOS EM 31/12/2009	507.123	126.972	4.655	65.858	(397)	-	704.211

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 em milhares de reais

	2009	2008
Fluxos de Caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	635.803	488.182
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(162.060)	(136.245)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(136.096)	(115.141)
Valores pagos de encargos sociais	(35.939)	(31.425)
Valores pagos de contingências	(83.280)	(55.705)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSL	(54.853)	(51.910)
Valores pagos de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.695)	(25.483)
Valores pagos de juros	(10.172)	(11.377)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	3.284	(15.319)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	150.992	45.577
Fluxos de Caixa originados de atividades de investimentos		
Adições ao Imobilizado	(61.998)	(54.061)
Recebimentos por venda de ativos permanentes	3.397	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(58.601)	(54.061)
Fluxos de Caixa originados de atividades de financiamentos		
Empréstimos/Financiamentos tomados	72.000	43.700
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(80.673)	(41.940)
Pagamento de impostos e contribuições parcelados	(33.983)	(38.938)
Recursos de Acionistas	121.360	42.416
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	(5.919)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	72.785	5.238
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	165.176	(3.246)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	17.125	20.371
Saldo final de caixa e equivalentes	182.301	17.125
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	165.176	(3.246)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 em milhares de reais

	2009	2008
RECEITAS	633.169	561.245
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	343.678	327.454
Arrendamentos operacionais e alugueis	265.080	235.037
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.435)	(165)
Receita de reversibilidade de bens	37.412	-
Ganho (Perda) em alienação de ativos imobilizados	(11.566)	(1.081)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(254.359)	(167.856)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(152.157)	(128.577)
Despesas judiciais e provisões para riscos civis	(95.076)	(29.859)
Outros custos	(7.126)	(9.420)
VALOR ADICIONADO BRUTO	378.810	393.389
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(19.051)	(18.388)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	359.759	375.001
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	75.347	3.530
Receitas financeiras	75.347	3.528
Outras	-	2
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	435.106	378.531
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	435.106	378.531
Pessoal		
- Remuneração direta	110.417	93.337
- Benefícios	22.441	19.185
- Benefícios pós-emprego	19.450	21.626
- Participação nos resultados	3.720	-
- FGTS	8.355	7.259
- Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	36.787	50.020
- Honorários da diretoria	1.385	1.187
Tributos		
- Federais	101.052	89.769
- Estaduais	5.106	4.782
- Municipais	9.001	8.627
- Provisões, despesas legais e judiciais tributárias	8.807	1.343
Remuneração de capitais de terceiros		
- Despesas financeiras	32.956	42.534
- Alugueis	5.889	5.455
Remuneração de capitais próprios		
- Juros sobre Capital Próprio	17.000	5.600
- Lucros Retidos	52.740	27.807

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008
 em milhares de reais

	2009			2008		
1 - Base de Cálculo						
Receita Líquida (RL)			533.603			495.235
Resultado Operacional (RO)			95.076			55.262
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			110.972			93.535
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	10.884	9,81%	2,04%	10.489	11,21%	2,12%
Encargos sociais compulsórios	37.150	33,48%	6,96%	36.016	38,51%	7,27%
Previdência privada	11.230	10,12%	2,10%	11.267	12,05%	2,28%
Saúde	9.018	8,13%	1,69%	8.816	9,43%	1,78%
Segurança e medicina no trabalho	188	0,17%	0,04%	165	0,18%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	73	0,07%	0,01%	153	0,16%	0,03%
Creches ou auxílio - creche	19	0,02%	0,00%	14	0,01%	0,00%
Participação nos lucros/resultados	3.720	3,35%	0,70%	-	-	-
Transporte	1.367	1,23%	0,26%	1.364	1,46%	0,28%
Bolsa/Estágio	1.075	0,97%	0,20%	1.065	1,14%	0,22%
Outros	1.784	1,61%	0,33%	1.554	1,66%	0,31%
Total - Indicadores sociais internos	76.508	68,94%	14,34%	70.903	75,80%	14,32%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	329	0,35%	0,06%	-	-	-
Esporte	100	0,11%	0,02%	-	-	-
Outros	100	0,11%	0,02%	83	0,15%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	529	0,56%	0,10%	83	0,15%	0,02%
Tributos (excluídos encargos sociais)	96.340	101,33%	18,05%	87.638	158,59%	17,70%
Total - Indicadores sociais externos	96.869	101,89%	18,15%	87.721	158,74%	17,71%
4 - Indicadores Ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	5.981	6,29%	1,12%	5.173	9,36%	1,04%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	5.981	6,29%	1,12%	5.173	9,36%	1,04%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	(x) cumpre 51% a 75%	() não possui metas	(x) cumpre 51% a 75%	() não possui metas	(x) cumpre 51% a 75%
utilização de recursos naturais, a empresa	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1.409			1.407		
Nº de admissões durante o período	33			14		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	942			905		
Nº de estagiários(as)	114			101		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.067			1.026		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	108			109		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,46%			7,14%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	237			235		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	3,92%			3,57%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	12			12		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração	2009			Metas 2010		
	28,89			28,89		
Número total de acidentes de trabalho	8			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa	No Procon	Na justiça	Na empresa	No Procon	Na justiça
% de reclamações e críticas solucionadas	211	-	-	211	-	-
Valor adicionado total a distribuir	em 2009:	435.106		em 2008:	378.531	
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	28,49% governo;	46,55% empregados(as);	3,91% acionistas; 8,93% terceiros; 12,12% retido	27,61% governo;	50,88% empregados(as);	1,48% acionistas; 12,68% terceiros; 7,35% retido

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria Especial de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Conforme disposto no Decreto nº 6.336, de 28-12-2007, a Administradora/Autoridade Portuária de Santos administra, sob Convênio, o Porto de Laguna (SC).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado: As receitas e despesas estão demonstradas no regime de competência.

b. Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos, os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço.

c. Provisão para devedores duvidosos: Constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

d. Estoques: Demonstrados ao custo médio de aquisição, e não excedem ao valor de mercado.

e. Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

f. Imobilizado: Os bens do Ativo Imobilizado estão demonstrados pelo valor de aquisição e/ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil dos bens. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 8.

g. Provisão para férias: A provisão para férias e seus respectivos encargos foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

h. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

i. Arrendamento operacional: Os valores de contrato de arrendamento operacional são reconhecidos à receita, em bases lineares, no prazo de duração do contrato de arrendamento.

j. Provisão para contingências: A Companhia é parte integrante em processos judiciais em diversos âmbitos (trabalhista, tributário e cível), que surgem no curso normal de suas atividades, e registra provisões baseadas na opinião de seus advogados internos, quando existem prováveis probabilidades de perdas. Além disso, existem processos que podem permanecer sem desfecho judicial por muitos anos, não sendo possível, no momento, avaliar as probabilidades de êxito ou perdas com esses processos. A composição dos saldos das contingências está discriminada na Nota nº 14.

k. Provisão para imposto de renda e contribuição social: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência. Para fins de determinação da exigibilidade é considerada a absorção de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. A Companhia não efetua o registro contábil de créditos fiscais sobre a base negativa da contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente indutíveis. A Companhia optou pelo regime tributário de transição (RTT), conforme a Lei 11.941/09. O exercício da opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

l. Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações: Está calculado com base no número de ações na data do levantamento do balanço patrimonial.

m. Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências fiscais, trabalhistas e tributárias. A liquidação, envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes aos procedimentos de sua determinação.

4. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2009	2008
Valores a receber de serviços prestados	614.874	554.198
Valores a receber de serviços prestados a faturar	8.277	8.433
Provisão para devedores duvidosos (-)	(36.521)	(35.286)
Total	586.630	527.345
Curto Prazo	39.623	33.644
Longo Prazo	547.007	493.701

Do valor líquido, registrado no Realizável a Longo Prazo (R\$ 547.007), a importância de R\$ 522.762 corresponde a faturas não pagas pela empresa Libra Terminal 35 S/A. O valor em questão é objeto de ação ordinária de cobrança proposta pela CODESP e, conforme informações prestadas pela Superintendência Jurídica da empresa, a ação teve decisão em primeiro grau a favor desta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal. Baseado no parecer dos advogados da empresa, não foi constituída provisão para devedores duvidosos para esse arrendatário.

5. RENEIOÇÃO DE CONTAS A RECEBER

O valor registrado no refere-se a valores renegociados com clientes, com parcelamento dos valores, concedido pela Companhia. Em 28/12/2009 foi homologado acordo judicial com a empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS, com a desistência de ambas as partes das ações judiciais e respectivos recursos, em andamento, nas esferas estadual e federal. Pelo Termo de Acordo a Usiminas pagará à CODESP a importância de R\$ 138.519, sendo 50% iniciais em até 10 dias seguintes à data da homologação do referido acordo e os 50% restantes em 12 parcelas mensais e consecutivas, atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

6. DESPESAS ANTECIPADAS

Os valores registrados referem-se a prêmios de seguro e férias a apropriar.

	2009	2008
Seguro de Bens Patrimoniais	706	720
Férias a apropriar	648	517
Total	1.354	1.237

7. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados, sob convênio, estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo, pelo montante de R\$ 29.749 (R\$ 29.352 em 2008), e serão ressarcidos pela União.

8. IMOBILIZADO

	2009	2008	TAXAS DE DEPRECIAÇÃO (%)
Mobiliário em Geral	2.505	2.136	10,0
Veículos	352	423	10,0
Máquinas, Motores e Aparelhos	5.831	4.846	3,33 a 10,0
Equipamentos Diversos	992	944	3,33 a 10,0
Outros Bens Móveis	182	181	4,0 a 12,5
Equipamentos de Informática	12.988	15.319	20,0
Edifícios	41.088	15.818	2,0
Instalações	177.051	180.823	1,43 a 10,0
Obras Concluídas	398.471	403.925	1,43 a 6,67
Terrenos	4.425	4.425	-
Obras em andamento	131.779	84.420	-
Bens Móveis Industriais	22.343	23.670	3,33 a 10,0
Bens Imóveis Industriais	47.597	40.348	3,33 a 10,0
Total	845.604	777.278	

9. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do Ativo Imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO, sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-09 a 01-05-10.

	2009	2008
Riscos Operacionais	292.016	292.016
Automóveis	10.200	10.200
Responsabilidade Civil	10.500	10.500

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2009	2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias- ICMS	393	363
Retenção de Tributos Federais - Lei 10.833/03	2.566	2.592
Retenção para Seguridade Social - INSS	676	805
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	4.162	3.142
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.584	1.040
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	4.779	401
Programa de Integração Social - PIS	1.455	773
Contribuição Financiamento Seg. Social - COFINS	6.703	3.561
Imposto sobre Serviços - ISS	710	941
Outros	268	265
Total - Curto Prazo	34.296	13.883

11. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL

A empresa apresentava débitos de impostos com pagamentos parcelados, como segue:

	2009	2008
Parcelamento Especial - PAES		
- Instituto Nacional de Seguridade Social	192.452	206.489
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	4.469	5.518
- Secretaria da Receita Federal	26.290	31.400
Parcelamento Excepcional - PAEX		
- Secretaria da Receita Federal	30.672	32.759
Outros		
- Secretaria da Fazenda do Estado	-	299
- Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	-	404
Total	253.883	276.869
Curto Prazo	31.612	31.243
Longo Prazo	222.271	245.626

Os impostos administrados pela Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, foram objeto de migração para o parcelamento previsto na Lei 11.941/09, em fase de consolidação pelos respectivos órgãos.

12. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

O valor registrado de R\$ 16.312 (R\$ 13.105 em 2008) corresponde à provisão para férias e seus respectivos encargos sociais.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	2009	2008	Garantias
Moeda estrangeira				
(I) - Financiamento Imobilizado	Var. Cambial+3,25%	12.981	20.349	Aval Gov. Brasileiro
Moeda nacional				
(II) - Capital de Giro	CDI + 3,04%	-	6.546	Direito Creditório
Total		12.981	26.895	
Curto Prazo		1.956	9.251	
Longo Prazo		11.025	17.644	
(I) - Contrato de Financiamento, com o Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd. sendo a amortização e juros em parcelas semestrais, com vencimento da última parcela em setembro/2016.				
(II) - Contrato de Conta Garantida com o Banco ABN Amro Real S/A.				

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

CODESP CIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO 2

SANED-CIA SANEAMENTO DE DIADEMA LTDA 7

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia constituiu provisão com valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis, considerando vários fatores, inclusive a natureza do processo e a experiência histórica. Os valores provisionados relativos às contingências em discussão judicial em 31 de dezembro de 2009 e 2008 são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

NATUREZA	2009	2008
Provisão Cível (a)	169.826	97.103
Provisão Trabalhista (b)	79.386	144.883
Provisão Tributária (c)	8.312	-
Total	257.524	241.986
Curto Prazo	36.518	66.646
Longo Prazo	221.006	175.340

- Provisão de natureza cível decorre basicamente de ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e de lucros cessantes por encerramento de contratos.
- Estão provisionadas, as estimativas para os processos judiciais trabalhistas cujas perspectivas de perda foram classificadas como prováveis. Não estão provisionadas as estimativas, no montante de R\$ 367.879, dos processos judiciais trabalhistas cuja perspectiva de perda foi considerada como possível pelos advogados da empresa.
- Imposição de multa pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pelo não atendimento no prazo estabelecido na implementação da Nota Fiscal Eletrônica, e com recurso efetuado pela empresa, transitando no Tribunal de Impostos e Taxas.

15. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (I) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (II) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. Os benefícios pagos pelo PORTUS são reajustados anualmente pela variação do INPC.

O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado pela CESAT Consultoria Estatístico-Atuarial, empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 846.550 (R\$ 755.204 em 2008).

As contribuições da empresa, referentes ao exercício de 2009, foram no montante de R\$ 11.322 (R\$ 10.178 em 2008).

16. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS

Os empregados admitidos até 04/06/1965, ao se aposentarem passam a receber da Companhia benefício vitalício de complementação de aposentadoria, calculado como a diferença entre (I) o valor do salário base acrescido do adicional por tempo de serviço na época de seu desligamento, reajustado conforme a variação salarial ocorrida nos salários dos empregados ativos e (II) o benefício de aposentadoria pago pela Previdência Oficial.

Os valores pagos a título de complementação de aposentadorias no ano de 2009 importaram em R\$ 8.358 (R\$ 8.026 em 2008) e estão registrados nas despesas administrativas e gerais.

17. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A partir de 2009, os empregados participam do resultado da empresa, em conformidade com o disposto na Lei 10.101, de 19.12.2000, tendo como limite, 25% do valor distribuído aos acionistas, desde que alcançadas todas as metas propostas.

18. RECEITAS DIFERIDAS

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária, envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil.

No resultado do exercício, foi reconhecida a importância de R\$ 8.225 (R\$ 8.225 em 2008), correspondente à receita dos meses transcorridos em 2009.

19. GARANTIAS

A empresa ofereceu, em garantia de demandas judiciais, bens do ativo imobilizado, com valor líquido da depreciação acumulada no montante de R\$ 26.609 (R\$ 31.158 em 2008).

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2009, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 73.853.263.660 ações ordinárias e 73.853.263.654 ações preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única.

20.2 Reservas de Lucros

Será proposto à Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em 23/04/2010, o aumento do capital social no montante de R\$ 14.300, referente ao valor executado em 2009, do orçamento de capital objeto da retenção de lucros no exercício de 2008.

a) Reserva Legal:

Constituída à base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações;

b) Reserva de Retenção de Lucros:

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está prevista uma retenção de lucros, no montante de R\$ 51.553, sendo R\$ 49.253 proveniente do lucro líquido do exercício e R\$ 2.300 do saldo remanescente da retenção de lucros efetuada no exercício de 2008, que se destina a atender, parcialmente, o programa anual de investimentos estabelecido no orçamento de capital do exercício de 2010, a ser deliberado em Assembleia Geral de Acionistas em 23/04/2010.

20.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é garantido dividendo/juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados nos dividendos obrigatórios. Esses juros, estão demonstrados no patrimônio líquido para refletir a essência da transação.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 17.000, relativo ao exercício de 2009, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 23/04/2010, atende aos direitos garantidos, estatutariamente, às ações preferenciais (artigo 6º), distribuindo indistintamente às ações ordinárias e preferenciais o dividendo calculado sobre o lucro base ajustado, demonstrado como segue:

	2009	2008
Lucro Líquido do Exercício	69.740	33.407
Compensação de Prejuízos Acumulados	-	(10.039)
Reserva Legal (5%)	(3.487)	(1.188)
Lucro base para cálculo do dividendo	66.253	22.200
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	16.563	5.550
Excedente aos dividendos obrigatórios	437	50
Juros sobre capital próprio - 25,66% (25,22% em 2008)	17.000	5.600

20.4 Créditos da União para Aumento de Capital

A União destina recursos a programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados no aumento do capital social, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da Taxa Selic, conforme determina Decreto 2673/98.

20.5 Resultado do Exercício

O resultado do exercício é composto, conforme abaixo:

	2009	2008
Porto de Santos – SP	71.328	34.560
Porto de Laguna – SC	(1.588)	(1.153)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.740	33.407

Desde 01/01/2008, a Administradora/Autoridade Portuária de Santos administra, sob Convênio, o Porto de Laguna (SC), conforme disposto no Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007.

21. RECEITA OPERACIONAL BRUTA

	2009	2008
Receitas Tarifárias		
Utilização da Infraestrutura Portuária		
- Utilização do canal de acesso e bacias de evolução	199.911	192.188
- Atracação de navios	38.095	35.117
Utilização da Infraestrutura Terrestre	65.981	63.527
Serviços Gerais		
- Fornecimento de água	5.775	4.103
- Fornecimento de energia	28.220	26.472
- Outras receitas	1.856	1.659
Demais Receitas Tarifárias	2.209	2.262
Receitas Patrimoniais		
- Arrendamentos de áreas e aluguéis	265.079	235.037
	607.126	560.365

22. IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS

	2009	2008
Imposto sobre serviços – ISS	8.901	8.567
Imposto sobre circulação de mercadorias – ICMS	5.076	4.764
Programa de integração social – PIS	10.621	9.240
Contribuição para Financ. Seguridade Social – COFINS	48.923	42.558
	73.523	65.129

23. CUSTOS OPERACIONAIS

	2009	2008
Pessoal e Benefícios	87.747	77.131
Encargos Sociais	24.935	21.883
Serviços de Terceiros	90.149	73.454
Depreciação	18.422	17.851
Aluguéis	934	952
Utilidades e Serviços, Materiais	29.900	30.033
	252.087	221.304

24. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2009	2008
Pessoal e Benefícios	64.561	57.017
Encargos Sociais	11.502	9.423
Serviços de Terceiros	14.542	10.997
Aluguéis	4.955	4.503
Utilidades e Serviços, Materiais	7.641	5.587
Despesas Legais e Judiciais	30.893	23.956
Impostos e Taxas e Contribuições	1.201	654
Outras despesas	8.259	7.119
	143.554	119.256

25. RESULTADO FINANCEIRO

	2009	2008
Receitas Financeiras		
Juros sobre créditos comerciais	1.611	2.511
Variação monetária sobre créditos comerciais	68.093	691
Variação cambial ativa sobre financiamentos	5.153	-
Juros e variação monetária de depósitos judiciais	482	327
Outras	8	-
	75.347	3.529

Despesas Financeiras

Variação cambial passiva sobre financiamentos	-	(8.050)
Juros sobre débitos tributários parcelados	(11.600)	(14.380)
Juros sobre plano de pensão	(5.519)	(5.980)
Variação monetária sobre plano de pensão	(3.944)	(7.239)
Juros sobre recursos para aumento de capital	(5.613)	(2.995)
Juros sobre financiamentos bancários	(885)	(542)
Outras	(5.395)	(3.298)
	(32.956)	(42.534)
	42.391	(39.005)

Resultado Financeiro, líquido

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2009	2008
Reversibilidade de Bens (*)	37.412	-
Venda de Materiais – Sucata	1.228	77
Venda de Ativo Imobilizado	2.288	-
Recuperação de créditos comerciais	-	1.684
Reversão de Provisões	2.932	-
Indenizações Securitárias	147	45
Diversas	256	322
	44.263	2.128

(*) Nos contratos de arrendamentos operacionais, consta cláusula de que os investimentos efetuados pelos arrendatários, durante a vigência do contrato, ao seu término serão revertidos à CODESP, sem indenização.

Em 2009, foi encerrado o contrato de arrendamento com a empresa Cargill Agrícola S/A, com a avaliação dos bens, efetuada por empresa especializada, referentes aos investimentos realizados pela empresa arrendatária, sendo os valores registrados no Ativo Imobilizado da CODESP.

27. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2009	2008
Custo dos bens vendidos – ativo imobilizado	13.829	1.081
Indenizações por avarias	399	3.126
Diversas	513	363
	14.741	4.570

28. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

Demonstração do cálculo do lucro tributável, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008:

	2009	2008
Resultado antes da tributação:	95.076	55.262
Adições Permanentes:		
- Contribuições e Doações	767	285
- Gastos com Diretoria	110	74
- Multas ambientais e tributárias	10.108	90
- Plano de Pensão	-	1.056
- Provisão para devedores duvidosos	-	165
- Outras	99	8
Adições temporárias:		
- Provisão para contingências	104.399	57.266
Exclusões permanentes:		
- Participação de empregados no resultado	(3.720)	-
- Baixa por utilização de provisão para contingências	(94.200)	(16.850)
- Juros sobre capital próprio	(17.000)	(5.600)
- Reversão de provisão	(2.932)	-
- Outras	(3)	(63)
Ajustes por adições e exclusões:	(2.372)	36.431
Lucro ajustado	92.704	91.693
Compensações:		
- Prejuízo Fiscal (30%)	(27.811)	(27.508)
Lucro Tributável	64.893	64.185
IRPJ e CSLL – alíquota nominal (34%)	22.063	21.823
Incentivos fiscais, CSLL e adicional de imposto de renda	(447)	31
IRPJ e CSLL no resultado	21.616	21.854

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1- Em 04.01.2010, a Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., efetuou o pagamento restante das parcelas previstas, à vista, no edital de licitação do contrato de arrendamento do Terminal de Exportação de Veículos-TEV (margem esquerda), no montante de R\$ 85.287 e habilitou-se a assumir a área arrendada. Referido valor, em conjunto com o anteriormente recebido no exercício de 2009 (R\$ 133.495), será apropriado à receita, linearmente, pelo prazo de duração do contrato (300 meses), a partir do mês do início das operações.

Nessa mesma data, a CODESP, pagou à Santos Brasil S.A., o montante de R\$ 41.230 referente ao ressarcimento dos valores com os investimentos efetuados por aquela empresa no Terminal de Veículos - TEV, na vigência do Termo de Permissão de Uso, encerrado nessa data, e disponibilizou o Terminal à empresa Union, vencedora da certame licitatório.

29.2- Em 05.01.2010, o consórcio LDC-Cargill, composto pelas empresas Cargill Agro Ltda. e Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S.A, efetuou o pagamento das parcelas previstas, à vista, no edital de licitação para o arrendamento do Terminal para Movimentação de Granéis Sólidos de Origem Vegetal (margem esquerda), no montante de R\$ 240.200 e habilitou-se a assumir a área arrendada. Referido valor será apropriado, linearmente, à receita pelo prazo de duração do contrato (300 meses), a partir do mês do início das operações.

29.3- Em 05.01.2010 a empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A – USIMINAS, efetuou o pagamento de R\$ 69.260, correspondente a 50% do valor do Termo de Acordo, homologado na justiça, relativos às demandas judiciais correspondentes a taxas portuárias e a valores de terceiros (Adicional Tarifa Portuária – ATP), conforme mencionado no nota nº 5.

30. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2009) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, nelas computadas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

	em reais
ADMINISTRADORES	
- maior remuneração	18.828,00
EMPREGADOS	
- maior remuneração	19.990,67
- menor remuneração	692,07
- salário médio	6.714,85

JOSÉ ROBERTO CORREIA SERRA	ALENCAR S. DA COSTA	PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE
Diretor-Presidente	Diretor de Administração e Finanças	Diretor de Infraestrutura
CARLOS HELMUT KOPITKKE	RENATO FERREIRA BARCO	CARLOS ALBERTO DE SOUZA
Diretor Comercial e de Desenvolvimento	Diretor de Planejamento e Controle	Superintendente Financeiro
MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO		
Contador CRC 1SP135973/O-6		

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da

Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP

Santos – (SP)

- Examinamos as Demonstrações Contábeis da Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP, encerradas em 31 de dezembro de 2009, elaboradas comparativamente, compostas de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados do exercício, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração da Movimentação do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e respectivas Notas Explicativas, elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Cia. Docas do Estado de São Paulo - CODESP; (b) A constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis registradas; (c) A avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis e financeiras tomadas em conjunto.
- Conforme consta no item "15" das Notas Explicativas, a empresa participa como patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a seus funcionários, através da PORTUS – Instituto de Seguridade Social, bem como tem obrigações com benefícios vitalícios de complementação de aposentadoria com seus funcionários admitidos até 04/06/1965. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado pela CESAT Consultoria Estatístico-Atuarial, empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 846.549.995,82 (R\$ 755.203.573,59 em 2008), fato que tende a contribuir para o aumento das taxas contributivas dos participantes, assistidos e patrocinadores, assim como a redução da massa de benefícios futuros aos beneficiários. Esse déficit apurado atuarialmente não está reconhecido, na sua totalidade, na contabilidade da empresa.
- Em nossa opinião as Demonstrações Contábeis referidas no parágrafo (1), exceto pelos reflexos oriundos do parágrafo (3) retro, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, econômica e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas e princípios contábeis adotados no Brasil.
- A grande maioria dos clientes e fornecedores que foram objeto de circularização para confirmação de saldos deixou de responder, compelindo os auditores a efetuar testes alternativos nesses saldos. Esse procedimento reduz a confiabilidade dos testes.
- A companhia efetuou compras no regime de emergência, com dispensa e ou inexigibilidade de processo licitatório, sendo que foram feitas compras parciais dentro de um mesmo mês, superando o limite de dispensa ou inexigibilidade de licitação, reduzindo a transparência de suas aquisições de bens e ou serviços, demandada nas boas práticas de governança corporativa. No fechamento do exercício não foi possível completar a análise da área de compras e licitações, por indisponibilidade de informações.
- A auditoria do exercício de 2008 foi efetuada por nossa empresa, cujo parecer emitido em 20 de fevereiro de 2009, continha idêntica ressalva à do parágrafo (3), retro.

Santos (SP), 19 de fevereiro de 2010.

AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S
 CRC2SP022486/O-4 CVM nº 9555
 Tanagildo Aguiar Feres
 Contador – CRC1SP067138/O-0